

PROCESSO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: O DIREITO PROCESSUAL NO AMPARO À CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE



Entre Resumos e Realidade: A Influência das Súmulas no Judiciário

Autor(es)

Felipe De Almeida Campos

Isis Heloisa Ferreira Rocha

Karoliny Eduarda Souza Pessoa

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE PITÁGORAS DE VENDA NOVA

Introdução

Súmula é um mecanismo constitucional de uniformização de jurisprudência, dispondo de instruções derivadas de um conjunto de decisões tomadas com o mesmo entendimento sobre um determinado assunto, sendo exigindo um rigoroso procedimento para assegurar que o entendimento esteja devidamente consolidado e não seja modificado constantemente, em contrapartida o IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas) trata-se de um instrumento jurídico que permite o julgamento de demandas com a mesma questão, com a finalidade de celeridade dos processos, determinando o mesmo entendimento de assuntos similares.

Objetivo

Analisar e questionar qual é o melhor método a ser usado nas questões jurídicas, que nos leva a decisões justas, concisas e sem causar dubiedades.

Material e Métodos

A presente pesquisa utilizou como referência os artigos 926, 976 ao 987 do Código de Processo Civil (CPC), que tratam de questões cruciais sobre a uniformização das decisões judiciais e a eficiência do sistema judiciário brasileiro. Esses artigos abordam, de maneira detalhada, a importância da aplicação das decisões dos tribunais superiores, incluindo a utilização das súmulas, bem como as diretrizes para a gestão dos precedentes judiciais no Brasil. O artigo 926, por exemplo, estabelece a necessidade de os tribunais promoverem a uniformização de sua jurisprudência, com o objetivo de garantir a segurança jurídica e a previsibilidade nas decisões. Já os artigos 976 a 987 tratam de mecanismos como o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e o estabelecimento de precedentes, sendo instrumentos essenciais para a melhoria da celeridade e eficiência do sistema judiciário, especialmente quando se trata de decisões repetitivas que envolvem questões semelhantes.

Resultados e Discussão

As súmulas visam resumir decisões jurisprudenciais e agilizar processos, funcionando como orientação para os operadores do direito. Em contraste, o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) é uma ferramenta jurídica que agiliza a resolução de casos com temas semelhantes, por meio de decisões conjuntas. Contudo, a utilização incorreta das súmulas, como se fossem leis absolutas, distorce sua função, pois devem ser vistas como

PROCESSO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: O DIREITO PROCESSUAL NO AMPARO À CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE



referências e não como decisões definitivas, exigindo análise do contexto. O IRDR, ao julgar questões repetitivas, oferece um equilíbrio, destacando a importância das súmulas como complementos à legislação, desde que utilizadas de forma adequada.

Conclusão

As súmulas e o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) contribuem para a agilidade e uniformização das decisões judiciais. As súmulas garantem consistência, mas devem ser aplicadas com cautela, considerando o contexto de cada caso. O IRDR resolve casos repetitivos de forma eficiente, aliviando o sistema judiciário. O ideal é equilibrar ambos, usando as súmulas como orientações e o IRDR para questões semelhantes.

Referências

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; Zamarian, Lívia Pitelli. O PARADOXO NA APLICAÇÃO DAS SÚMULAS NO DIREITO BRASILEIRO. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br>